



RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur reivindica ao Ministério da Saúde e ao governo do RN vacinação urgente dos vigilantes patrimoniais



Nesta quarta-feira, 24 de março, o Sindsegur notificou o Ministério da Saúde exigindo a inclusão dos profissionais da segurança privada do Rio Grande do Norte nos grupos prioritários do Plano de Vacinação contra a Covid-19.

Além disso, o sindicato também protocolou ofício diretamente para a governadora, Fátima Bezerra, com objetivo de garantir a inclusão dos trabalhadores vigilantes para serem vacinados contra a Covid 19. A atividade de segurança privada é serviço essencial e os trabalhadores profissionais estão expostos continuamente à doença.

De acordo com o coordenador geral do Sindsegur, Pablo Henrique, os vigilantes, desde o início da pandemia do novo coronavírus,

trabalharam continuamente na linha de frente, em hospitais, unidades públicas e privadas que não deixaram de funcionar.

Infelizmente desde o início da pandemia, em março de 2020, muitos profissionais da área de segurança privada se contaminaram e muitos faleceram vítimas da Covid-19. É necessário dar um basta nessa situação.

“Faz-se necessário que essa Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde direcione esforços no sentido de atender a reivindicação na nossa entidade, priorizando a vacinação dos profissionais da vigilância, incluindo-os nos grupos prioritários do Plano de Vacinação contra a Covid-19”, afirmou Pablo.

Portanto, vamos continuar na luta exigindo respeito e valorização aos profissionais da segurança privada. Nosso sindicato vai continuar cobrando dos órgãos competentes a inclusão da nossa categoria nos grupos de prioridade do Plano Nacional e Estadual de Vacinação contra a Covid-19, uma vez que, onde quer que estejam trabalhando, sejam hospitais, clínicas, unidades de saúde, bancos ou outros estabelecimentos públicos e privados, são os primeiros a terem contato com o usuário.

FONTE: SINDSEGUR

Projeto garante adicional de periculosidade a vigilantes sem necessidade de perícia técnica

Atualmente perícia de médico ou engenheiro do Trabalho fica a cargo das empresas ou do sindicato da categoria interessada

O Projeto de Lei 5561/20 dispensa a necessidade de produção de provas periciais para o pagamento de adicional de periculosidade a vigilantes. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Atualmente, a redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dada pela lei do adicional de periculosidade já garante o pagamento do adicional a profissionais de segurança pessoal ou patrimonial cuja atividade envolva exposição permanente a roubos ou outras espécies de violência física.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Abreu: “Empregado que é exposto a violência física não precisa de perícia técnica”

A CLT, entretanto, exige que a caracterização e a classificação da periculosidade seja feita por meio de perícia a cargo de médico ou

engenheiro do Trabalho. A contratação da perícia, segundo a CLT, pode ficar a cargo das empresas ou dos sindicatos das categorias interessadas.

Autor do projeto, o deputado Capitão Fábio Abreu (PL-PI) avalia que, no caso dos vigilantes, é desnecessária a produção de prova técnica para atestar a periculosidade.

“Empregado que é exposto a roubos ou outras espécies de violência física não precisa de perícia técnica para receber adicional de periculosidade. Com esse entendimento, vigilante não precisa de perícia para receber o adicional, principalmente o empregado trabalha com transporte de valores e presta serviços a bancos, claramente exposto a risco”, argumenta o autor.

Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Cláudia Lemos

Fonte: Agência Câmara de Notícias

3 em cada 4 reajustes salariais de fevereiro não repuseram inflação

Dados do Salariômetro mostram que menos de 20% das negociações garantiram ganho real aos trabalhadores



Mediana dos pisos salariais é 7% maior do que o mínimo

ANDRE MELO ANDRADE/IMMAGINI/
FOLHAPRESS - 20.08.2020

As negociações coletivas firmadas em fevereiro resultaram na perda real do salário para 74,7% das categorias, de acordo com Salariômetro, divulgado nesta quarta-feira (24), pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Os dados mostram ainda que 17,1% das reposições salariais foram superiores ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado dos últimos 12 meses (5,5%). Os demais acordos (8,2%) apenas compensaram a inflação aos profissionais.

De acordo com o Salariômetro, o reajuste médio nominal recebido pelos trabalhadores em fevereiro foi de 4,8%, mesmo patamar registrado em janeiro.

Os números mostram ainda que a quantidade de negociações (1.492) volta ao nível pré-reforma trabalhista, que passou a valer em novembro de 2017. Também foi retomada a tendência de negociar para prazo superior a um ano.

Salário

Em termos salariais, as negociações coletivas resultaram em um piso mediano de R\$ 1.179 aos trabalhadores, valor 7,2% superior ao salário mínimo de R\$ 1.100.

O piso das remunerações apresentadas, no entanto, é maior entre as convenções coletivas (R\$ 1.200). Já os acordos firmaram como base um salário de R\$ 1.178 em fevereiro.

Fonte: R7

Comissão discute combate ao racismo nas empresas e na lei penal



Presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, a comissão criada pela Câmara dos Deputados para discutir o combate ao racismo estrutural e institucional no país realiza audiências públicas nesta quinta (25) e sexta-feira (26).

No primeiro dia, em sessões promovidas pelo grupo de trabalho sobre sistema criminal e racismo, às 9h30 e às 14h, será debatido o tema “Legislação criminal brasileira e racismo”. Na sexta, às 10h e às 14h, o grupo de trabalho sobre medidas de combate ao racismo institucional no setor privado conduzirá discussões a respeito de “Ações afirmativas para combate ao racismo nas empresas”.

Os debates ocorrem por videoconferência no aplicativo Zoom, com transmissão ao vivo pela página da Câmara dos Deputados no YouTube.

João Alberto

A comissão foi criada em dezembro passado, em meio à repercussão nacional do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, cliente negro espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre.

Com o objetivo de sugerir propostas de aprimoramento da legislação de combate ao preconceito de raça, a comissão – formada por 20 integrantes, entre representantes de movimentos sociais, acadêmicos, juristas e outros especialistas – foi instalada em 21 de janeiro, em sessão por videoconferência.

Na ocasião, o ministro Benedito Gonçalves apontou como um marco jurídico no enfrentamento aos crimes raciais a Lei Caó (Lei 7.716/1989), mas destacou a necessidade de aprimorar o ordenamento jurídico para um combate mais efetivo ao racismo estrutural e institucional, enfatizando que esse fenômeno se manifesta de maneira dissimulada.

A comissão tem como vice-presidente o desembargador João Benedito da Silva, do Tribunal de Justiça da Paraíba, e como relator o advogado, filósofo e professor Sílvio de Almeida, autor do livro *Racismo Estrutural*.

FONTE: STJ

INFORME DO DIEESE



A retomada do processo de privatização de empresas estatais federais nos últimos anos impõe pesadas perdas à sociedade brasileira. Nesta Nota Técnica, são apresentadas as características gerais dessas empresas e o importante papel econômico e social que desempenham no país. Também são apontadas algumas das possibilidades de contribuição das estatais federais para a construção de uma nova etapa de crescimento e desenvolvimento nacional. Confira: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec253Estatais.pdf>

CUT e demais centrais querem lockdown total no Brasil e ampliação do auxílio

Dirigentes reforçam importância de uma paralisação total por 21 dias e a necessidade de proteção social. “Ciência diz que é único caminho para frear a pandemia”, diz presidente da CUT



O tema central da live realizada nesta quarta-feira (24) pelos presidentes da CUT, Sérgio Nobre, e da Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB, além da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), foi a necessidade – recomendada por autoridades de saúde e cientistas – de o país parar por 21 dias em

um lockdown nacional que, em conjunto com a vacinação em massa, pode conter o avanço acelerado das contaminações e mortes pelo coronavírus.

A paralisação das atividades, defendida por governadores e prefeitos em todo o país, enfrenta a fúria negacionista do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) que, a pretexto de defender a economia, é contra qualquer tipo de isolamento social. Para ele, só idosos e pessoas doentes devem ficar em casa, apesar do total de doentes e mortos entre os jovens ter aumentado muito este ano.

Representando o Fórum Nacional de Governadores, Fátima Bezerra afirmou durante a transmissão que nenhum governante “fica feliz em adotar medidas de restrição, mas elas são necessárias nesse momento, para salvar vidas”.

“Não é fácil adotar medidas mais duras,

mas temos que ter responsabilidade e em momentos de crise temos que fazer escolhas para garantir a sobrevivência à população”, disse a governadora.

Sérgio Nobre, presidente da CUT, reforçou que, conforme atestam os cientistas, “a medida mais adequada para frear a pandemia é um lockdown nacional de 21 dias”. Mas, ele ressaltou, para isso é preciso ter condições se referindo à necessidade do auxílio emergencial para que as pessoas possam sobreviver em casa e não terem de enfrentar riscos de contaminação nas ruas por precisarem sair para trabalhar.

“O trabalhador sabe dos riscos de sair, mas vai porque precisa sobreviver e o [novo] auxílio emergencial não compra nada. É um desrespeito”, disse o dirigente se referindo aos valores definidos pelo governo para a nova fase, que vão de R\$ 150 a R\$ 375.

Sérgio ainda rebateu argumentos do governo de que não tem dinheiro para pagar um auxílio emergencial digno aos trabalhadores. “É mentira que o país não tem recursos. O Brasil tem condições de pagar os R\$ 600 e já apontamos várias alternativas”, disse o dirigente.

Sérgio Nobre, presidente da CUT

O auxílio emergencial, amplamente defendido pelos presidentes das centrais para que seja pago, no mínimo, no mesmo valor do ano passado também foi citado por Fátima Bezerra como fundamental para a estratégia de conter o avanço da pandemia.

“É inadmissível o auxílio ter sido cortado. Só um governo que não tem a sensibilidade de entender o drama que as famílias de baixa renda passam, toma uma atitude de tanto desprezo como foi suspender o auxílio em dezembro”, disse a governadora.

Ela contou ainda que no ano passado, governadores do Nordeste tiveram uma reunião com Bolsonaro e quando apresentaram a ideia de um programa de renda básica, o governo se mostrou indiferente.

Para ela, mais do que nunca, um dia nacional de luta, como esta quarta-feira, Dia de Luta em Defesa da Vida, da Vacina, do Emprego e do Auxílio Emergencial de R\$ 600 – Lockdown Nacional - deve ganhar fôlego pelo Brasil e “tocar os corações” do Congresso Nacional, para que parlamentares se sensibilizem sobre o tema.

Não podemos aceitar essa desidratação do auxílio emergencial. O povo merece respeito.- Fátima Bezerra

A governadora reforçou ainda que “sem suporte social para famílias de baixa renda, não haverá condições de segurar medidas restritivas por mais tempo”.

Dia de conscientizar a população

O objetivo da live assim como do conjunto de atividades realizadas em todo o país é conscientizar a população acerca do caos social, econômico e, principalmente, de saúde, vivido pelo Brasil atualmente, consequência da política genocida de Bolsonaro.

O presidente continua negando a ciência, minimizando a pandemia, desdenhando de medidas protetivas contra a contaminação e tentando incitar a população a acreditar que a crise sanitária é um “exagero”, enquanto o país caminha para as mais de 300 mil vidas perdidas para Covid-19.

É dia também de lutar pelas vacinas para todos e todas, por emprego e por um auxílio emergencial de R\$ 600.

Vacinação em massa

Vacinas contra Covid-19 para todos e todas foi outro ponto destacado pelos dirigentes das centrais e também pelo representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira. Ele afirmou que a vacina pode resolver de forma efetiva o avanço da pandemia e que “o governo tem total responsabilidade quanto à imunização da população”.

Para combater o negacionismo do governo que resulta na falta de ações de enfrentamento, inclusive a negligência na aquisição de vacinas, e que tem custado a vida de muitos brasileiros, a SBPC apresentou ao Congresso um documento propondo um conjunto de medidas para enfrentar a pandemia, entre elas, o lockdown total no país, como exigem os presidentes das centrais sindicais.

“É importante ter um plano nacional porque o Brasil tem infraestrutura para isso. No entanto, foi a política de descoordenação, de negacionismo e desmonte que favoreceu a morte e não a vida”, afirmou Ildeu Moreira.

No mesmo tom, Antônio Neto, presidente da Central de Sindicatos Brasileiros (CSB) criticou o atraso do Brasil na imunização e se referiu a tratamentos precoces como charlatanismo. “A vacina é uma das únicas formas de fazer com que tudo possa voltar ao normal e muitos países são exemplo disso”, ele disse.

Para Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), é grave o estado

do país. “Sobra a prevalência do negacionismo, das doses de ‘cloroquina’, de Ivermectina e o Brasil caminha para seu estado terminal”, criticou o dirigente.

Emprego

Ainda para o presidente da CTB, o debate sobre reverter o quadro de desemprego no país está associado à discussão do afastamento de Bolsonaro.

“Temos 14 milhões de desempregados hoje. A Pnad [pesquisa feita pelo IBGE], diz que 79 milhões de pessoas estão fora da força de trabalho. Não temos nenhuma perspectiva de geração de empregos. Portanto, não tem como querer geração de emprego e renda à luz da mediocridade mediana de Bolsonaro”, disse Araújo.

Ação das centrais

Desde o início da pandemia, as centrais sindicais lutam por soluções que protejam os trabalhadores. Exemplo mais claro é o auxílio emergencial que, por pressão das entidades, foi aprovado pelo Congresso em março do ano passado com valor de R\$ 600 – o triplo do que pretendia Bolsonaro na época.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), lembra que o esforço das centrais sensibilizou o Parlamento para virar o jogo, o que “salvou pessoas que já estavam à margem da miséria”. O dirigente lembrou ainda que o programa, como foi aprovado, influenciou também na redução da queda do PIB.

“[A queda do PIB] Teria sido de 9%, o dobro do que foi realmente, 4,9%. A pobreza hoje seria ainda maior do que é”, disse Patah.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, lembra que Bolsonaro foi obrigado a assinar a Lei que instituiu o auxílio, mas de lá para cá, “o governo não fez mais nada que pudesse enfrentar a pandemia. Negou a ciência, quaisquer medidas de enfrentamento e divulgou remédios sem eficácia”.

Por isso, ele disse, as centrais se mantiveram unidas na pauta que trata, em primeiro plano, da vida e dos trabalhadores mais vulneráveis. Em janeiro deste ano, as centrais elencaram as cinco prioridades na luta contra a Covid-19: vacina já!, auxílio emergencial, proteção ao emprego e renda, financiamento a micro e pequenas empresas e uma campanha nacional de solidariedade.

Sérgio Nobre afirmou que a proteção ao emprego é importante, mas a proteção às empresas também é necessária.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Pequenos negócios estão morrendo. Essas pequenas empresas são responsáveis por metade dos empregos gerados no país e precisam de linha de crédito a fundo perdido. Elas não têm como devolver, todo mundo sabe disso, precisam ser salvas”, disse o presidente da CUT.

Orçamento

Tema de relevância, o corte de R\$ 36 bilhões na saúde, no orçamento da União para 2021, foi citado pelo presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Reginaldo Inácio.

Para ele, a atenção que o governo federal dá ao Sistema Único de Saúde (SUS) afronta o mundo inteiro, e para o SUS cumprir sua missão, tem que ter orçamento.

“A saúde precisa sobreviver, mas o governo está transformando o Brasil num hospedeiro do mal. O povo brasileiro, antes feliz, agora é um povo sofrido que o mundo não quer nem chegar perto”, disse o dirigente.

Governadores

Parte da frente de resistência e combate à pandemia, as propostas do Fórum Nacional de Governadores, que reúne 21 governadores estaduais, convergem com as propostas das centrais. Uma delas é o lockdown por 21 dias, com amparo social aos trabalhadores, para que fiquem em casa.

Na manhã desta quarta-feira, o governador do Piauí, Wellington Dias, que preside o fórum, participou de um encontro em Brasília, envolvendo presidentes da Câmara dos Deputados, Artur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), além de Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e o presidente Jair Bolsonaro, para tratar de uma estratégia no enfrentamento à Covid-19.

Durante a live, Fátima Bezerra, que representou o Fórum, anunciou e comentou o resultado da reunião com Bolsonaro.

“O presidente anunciou que, a partir de agora, vai ter um comitê de crise e que vai redirecionar o enfrentamento. Espero que seja verdade e isso tem que começar por ele enterrar o desprezo pela ciência, abandonar definitivamente a postura negacionista que foi decisiva para fazer a gente chegar a essa tragédia, com 300 mil mortos e o Brasil sendo visto como país que pior tratou a pandemia”, disse Fátima Bezerra.

FONTE: CUT - Andre Accarini

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF